

NOVA FOLHA COMERCIÁRIA

Se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo, então somos companheiros. Che Guevara

Base territorial

Arapuá, Carmo do Paranaíba, Lagamar, Lagoa Formosa, Lagoa Grande, Matutina, Presidente Olegário, Rio Paranaíba, Santa Rosa da Serra, São Gonçalo do Abaeté, São Gotardo, Tiros, Varjão de Minas

30 anos
de luta

Informativo do Sindicato dos Empregados no Comércio de Patos de Minas e Região-edição abril de 2023- Filiado a Força Sindical e USP
Juca Mandú, 374, centro, Patos de Minas/MG telefone (34) 3821 5500 - E-mail sindec@sindec.com.br

Fechada negociação coletiva de trabalho para os comerciários de Patos de Minas, Carmo do Paranaíba, Lagoa Formosa e Presidente Olegário



Ascendino César: «se o reajuste tivesse sido feito com base no INPC, os trabalhadores iriam receber menos e, portanto, consumir menos...»

Na terça-feira (4), após mais uma rodada de negociação com os representantes patronais, o SINDEC conseguiu fechar a Convenção Coletiva de Trabalho de 2023 dos trabalhadores no comércio de Patos de Minas com abrangência para a base territorial da entidade nas cidades de Carmo do Paranaíba, Lagoa Formosa e Presidente Olegário. O aumento salarial da categoria será de 8,30%, quase o dobro da inflação do período de março de 2022 e fevereiro de 2023. A partir da próxima folha de pagamento os comerciários já receberão o salário com a aplicação dos novos índices e a diferença do mês de março. Além do reajuste nos salários, foram acordados detalhes sobre jornada de trabalho, pagamento de horas extras,

férias, banco de horas e auxílio funeral. O acordo é válido até 29 de fevereiro de 2024. De acordo com o presidente do SINDEC, Ascendino César, o sindicato vinha enfrentado problemas nas negociações da Convenção deste ano porque o sindicato patronal queria conceder apenas 4% de aumento, abaixo do índice indicado pelo Índice Nacional de Preço aos Consumidores (5,47% em fevereiro), o que não foi aceito pois tiraria o poder aquisitivo dos trabalhadores da categoria. “O que os empresários não compreendem é que se o reajuste tivesse sido feito com base no INPC, os trabalhadores iriam receber menos e, portanto, consumir menos, o que reduziria ainda mais a produção das indústrias e consequentemente a vendas no comércio”, comentou.

No acordo firmado entre as partes ficou definido que o menor salário a ser pago no período de 1º de março de 2023 a 29 de fevereiro de 2024 será de R\$ 1.405,81 mensais para Patos de Minas. Nos municípios de Carmo do Paranaíba, Lagoa Formosa e Presidente Olegário, ficou definido que a menor remuneração da categoria profissional e de ingresso na profissão até 1º de março de 2023 será de R\$ 1.451,29 mensais. A remuneração de quebra de caixa ficou estipulada em R\$ 91,16 para todas as cidades contempladas pela negociação, caso o empregador exija reposição na diferença apurada ou no controle da entrega de valores. Também ficou estabelecido que os empregados que exercem função de telefonistas terão acrescido 20% no valor do salário base, enquanto o trabalhador com função em qualquer área gerencial terá uma adicional de 30%. As partes definiram ainda, que o comércio em geral não funcionará nos dias 1º de maio (Dia do Trabalhador); 25 de dezembro (Natal) e 1º de janeiro (Confraternização mundial). As demais cláusulas da Convenção 2023/2024 poderão ser conferidas no site do Sindicato dos Empregados no Comércio de Patos de Minas e Região através no link:

https://www.sindec.com.br/arquivos/CCT%20PATOS%20DE%20MINAS%202023_2024.pdf

Sindicatos propõem reajuste do salário mínimo baseado na inflação e na variação do PIB



Oito centrais sindicais se reuniram com o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho (PT) e fizeram uma proposta de valorização do salário mínimo. No documento, eles propuseram aumentar o valor do salário mínimo somando inflação do período medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), da variação do PIB (Produto Interno Bruto) mais 2,4 pontos percentuais sobre o valor do ano anterior. Sendo assim, reajuste do salário mínimo de 2024 seria calculado com base no INPC acumulado no ano de 2023, o crescimento PIB de 2022 (2,9%), mais 2,4 pontos percentuais. A variação do produto interno bruto considerada seria sempre a de 2 anos antes do período em questão. Dessa forma, ao considerar que a inflação deste ano seja de 5,9%, o valor do novo salário mínimo em 2024 seria de cerca de R\$1474. O

percentual de 2,4% é uma forma de repor o reajuste real que deveria ter sido implementado durante o governo de Jair Bolsonaro (PL). As centrais sindicais calculam que de 2019 a 2022 o reajuste deveria ser cerca de 5,4% ao todo, o que daria 1,77% ao ano. Soma-se a 1,77% um fator de aceleração de 0,6%. A proposta compreende somente o governo Lula (2023-2026). Segundo o documento, caso a proposta seja aceita, haveria um aumento real do salário mínimo de 3,85% ao ano (2023 a 2026) e de 4,2% ao ano (2024-2026).

As centrais sindicais também apresentaram uma política permanente que deve ser implementada depois do governo Lula. Para o período compreendido entre 2027 e 2053, propõe-se que o salário mínimo seja reajustado com base na variação do INPC anual. A política deve ser revisada a cada 10 anos. Também propõem um aumento real equivalente à variação do PIB de 2 anos anteriores e o estabelecimento de um “piso” para o aumento real de 2,40%.

Quando você se filia ao sindicato garante uma série de benefícios



Comerciário
SINDICALIZE-SE

Confira:

- ▷ Assistência psicoprofissional.
- ▷ Assistência sindical e trabalhistas.
- ▷ Assistência comportamental no ambiente de trabalho.
- ▷ Assistência de direitos e deveres trabalhistas.
- ▷ Assistência e diagnóstico do direito individual do trabalhador.
- ▷ Assistência homologatória nas rescisões contratuais.
- ▷ Assistência jurídica trabalhista.
- ▷ Assistência odontológica (comerciários e seus dependentes).
- ▷ Assistência médica (comerciários e dependentes).
- ▷ Banco de empregos (método simplificado desenvolvido pela entidade para encaminhamento do trabalhador desempregado para nova contratação).
- ▷ Convênio com o Patos Tênis Clube e ASPRA (comerciários e dependentes).
- ▷ Convênio Colônia de Férias em Praia Grande litoral de São Paulo (comerciários e dependentes).
- ▷ Cursos na área de educação profissional e qualificação e requalificação profissional (comerciários e dependentes).
- ▷ Assistência psicológica assistência fisioterápica (inclusive domiciliar).
- ▷ Convênio farmacêutico com desconto de até 60%.
- ▷ Convênios com vários seguimentos do comércio para descontos através da carteira de identificação do sindicalizado.
- ▷ Assistência médica através do Cartão Saúde estabelecido em Convenção Coletiva de trabalho.
- ▷ Assistência médica e exames de imagens com Hospital ACTUAL
- ▷ Convênio assistência médica, laboratorial e odontológica com MEDICMAIS
- ▷ Convênio com o laboratório MEDIC IMAGEM
- ▷ Convênio de assistência médica, laboratorial e exames de imagens com CARDIOCLÍNICA
- ▷ Convênio médico com o CARTÃO DE TODOS
- ▷ Convênio com a Faculdade Patos de Minas que proporciona 30% de descontos nas mensalidades de cursos superiores para comerciários filiados e seus dependentes
- ▷ Assistência funeral destinada aos dependentes por qualquer motivo de morte do titular, estabelecida em Convenção Coletiva de Trabalho.

Casal é condenado a pagar R\$ 800 mil a trabalhadora escravizada por 30 anos



Decisão da Justiça do Trabalho em São Paulo condenou um casal em R\$ 800 mil por manter durante mais de 30 anos uma trabalhadora doméstica em condição análoga à escravidão. A soma inclui salários atrasados, valores pelo período em que ela prestou serviços sem receber nada, e verbas rescisórias. Além disso, contempla indenização por dano moral individual e coletivo. A justiça reconheceu o vínculo de emprego entre a idosa e o casal de janeiro de 1989 a julho de 2022 na função de trabalhadora doméstica, com

salário mensal de R\$ 1.284 (o salário mínimo à época da rescisão). Também determinou o registro em carteira, independentemente da decisão final, sob pena de multa diária de R\$ 50 mil reversível à trabalhadora. O Ministério Público do Trabalho (MPT) ingressou com a ação, a partir de denúncia feita pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) da Mooca, a zona leste da cidade. De acordo com o processo, isso aconteceu após a idosa pedir ajuda a outra entidade assistencial vinculada à prefeitura de São Paulo.

Uma primeira tentativa de receber auxílio ocorreu em 2014 na mesma instituição, quando houve uma conversa com o casal. De acordo com depoimento da vítima, ela foi procurada no abrigo em que morava para trabalhar na residência do casal e cuidar do filho pequeno mas nunca chegou a receber pagamento pelo trabalho, nem usufruiu de férias ou períodos de descanso. Entre suas obrigações estavam limpar a casa e servir as refeições para toda a família dentro de uma jornada que se iniciava às 6h e terminava além das 23h. Já o casal, também segundo o TRT, alegou manter laços familiares com a mulher, proporcionando “ambiente familiar e acolhedor” durante anos. Sustentaram que a vítima dispunha de total liberdade de ir e vir, mas que por opção própria saía pouco de casa. Disseram que retiraram a doméstica de situação de rua, resgatando-lhe a dignidade e lhe garantindo afeto. Assim, eles consideram a ação “um exagero”. E negaram o trabalho em condição análoga à escravidão da doméstica.

Operação resgata 14 trabalhadores em condições análogas à escravidão no Paraná

O Ministério Público do Trabalho (MPT) realizou uma operação de resgate de trabalhadores em condições análogas à escravidão no município de Mauá da Serra (PR), situado a 310 km de Curitiba. Os trabalhos foram realizados em conjunto com auditores fiscais do Ministério do Trabalho e com o apoio da Polícia Federal. Foram resgatados 14 trabalhadores que exerciam atividades em pedreiras, sem equipamentos de proteção individual e sem treinamento para atividade de mineração. Os trabalhadores utilizavam ferramentas manuais e explosivos para a execução dos serviços. Eles foram ouvidos pela equipe que realizou a operação e relataram que foram contratados sem o registro de contrato de trabalho, sendo pagos por produção. O ambiente de trabalho encontrado durante a operação não contava com banheiros e não havia condições adequadas de descanso. Alguns dos trabalhadores estavam alojados em um curral adaptado, no qual os quartos não possuíam armário e os colchões haviam sido adquiridos pelos próprios trabalhadores, que também realizavam a higienização do ambiente.

Os responsáveis pela pedreira celebraram Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público do Trabalho, concordando em reconhecer o vínculo empregatício com os trabalhadores resgatados e em realizar o pagamento das verbas trabalhistas e indenização por dano moral individual. Além disso, os empregadores se comprometeram a manter o devido registro do contrato de trabalho de seus empregados e a cumprir suas obrigações em relação à saúde e segurança do trabalho, intervalo intrajornada, fornecimento de ferramentas de trabalho, entre outras. Em caso de descumprimento do acordo, os empregadores estarão sujeitos a multas de até 50 mil reais por cláusula descumprida. O Código Penal prevê pena de dois a oito anos de prisão para quem age para reduzir alguém à condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva; sujeitando-o a condições degradantes de trabalho; ou restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador.

Argentinos

Mais quatro trabalhadores foram resgatados em situação análoga à escravidão no Rio Grande do Sul. Desta vez, foram quatro argentinos, um deles adolescente de 14 anos de idade. Eles foram encontrados em condição degradante, em Nova Petrópolis, na Serra Gaúcha, atuando no corte de lenha de eucaliptos, numa propriedade rural do município. Com esse novo caso, já são 303 trabalhadores resgatados em 2023 no RS, número recorde e quase o dobro dos 156 resgatados no ano passado. O aumento ocorreu por força dos 207 resgatados na colheita da safra da uva em Bento Gonçalves e dos 85 nas lavouras de arroz em Uruguaiana. O levantamento é do Ministério Público do Trabalho (MPT). Os argentinos foram encontrados por agentes da Polícia Federal, da Brigada Militar e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Eles estavam acampados na mata em condições insalubres e totalmente desassistidos, sem água potável, sem energia elétrica e sem banheiro.



Passé férias em Praia Grande

OBS: Somente para comerciários filiados ao SINDEC



ENCONTRA-SE NO SINDICATO O CALENDÁRIO DO PRIMEIRO SEMESTRE PARA RESERVAS E ACOMODAÇÕES NO CENTRO DE LAZER DOS COMERCÍARIOS EM PRAIA GRANDE/SP

Quer passar férias na praia com desconto em hospedagem e alimentação?

Entre em contato com o SINDEC (34) 3821 5500 - falar com Ascendino César

Brasil registra mais de 612 mil acidentes de trabalho e mais de 2.500 mortes em 2022



O Brasil registrou, em 2022, 612.900 acidentes de trabalho e 2.538 mortes - alta de 22% em relação ao ano anterior - só entre trabalhadores e trabalhadoras com empregos formais, com carteira assinada e direitos, entre outros, a benefícios previdenciários. De 2012 a 2022, foram registrados 6,7 milhões de acidentes e 25.500 mortes de trabalhadores. Do total, cerca de 15% foram causados por operação de máquinas e equipamentos. No mês do Abril Verde - 28 de abril é o Dia Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho -, esses dados, compilados pelo Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, a partir de laboratório (Iniciativa SmartLab de Trabalho Decente) coordenado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e pelo escritório local da Organização Internacional do Trabalho (OIT), servem de subsídio para a reflexão e o debate sobre a gravidade da situação no mercado de trabalho brasileiro. De acordo com o estudo, cuja base das informações está nas comunicações de acidentes de trabalho (CAT) feitas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), só no ano passado, o

órgão recebeu 2,3 milhões pedidos de afastamentos por causa de doenças e acidentes de trabalho. No total, foram mais de 148 mil concessões de benefícios previdenciários para acidentados e 6,5 mil de aposentadoria por invalidez. São trabalhadores que sofreram amputações e lesões graves (com frequência 15 vezes maior que a das demais causas), isso provocou três vezes mais acidentes fatais do que a média geral. A atividade de atendimento hospitalar é o setor com maior número de notificações, mais de 59 mil casos. Técnicos de enfermagem foram os profissionais mais acidentados, com 36 mil casos.

Na sequência, os setores com mais acidentes de trabalho são o comércio varejista de mercadorias em geral (18,5 mil), o transporte rodoviário de carga (13,5 mil), o abate de aves, suínos e pequenos animais (10 mil) e a construção de edifícios (10 mil). Para complementar as informações, o observatório também divulgou dados de notificação obrigatória de atendimentos do Sistema Único de Saúde (SUS) relacionados a casos de acidentes de trabalho. Foram 392 mil notificações de acidentes envolvendo trabalhadores. A cidade de São Paulo ficou em primeiro lugar, no ano passado, mais de 51 mil notificações de acidentes. O Rio vem logo em seguida, com mais de 18 mil, e Belo Horizonte, com 11 mil.

Entenda o que é, para que serve e o que o arcabouço fiscal tem a ver com sua vida

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad a proposta do governo para um novo arcabouço fiscal da União. O arcabouço fiscal é um conjunto de leis ou regulamentos que fixa regras para a arrecadação e despesas de um governo no governo federal. A forma como o governo recolhe e gasta seus recursos é chamada na teoria da economia pública de política fiscal. Por isso, as normas dessa política compõem o chamado arcabouço fiscal e serve para, principalmente, controlar os gastos públicos. Se um governo gasta demais, ele pode criar uma demanda excessiva por produtos no mercado, contribuindo para o aumento da inflação. Já se ele gasta mais do que arrecada, aumenta a dívida pública. Quando a dívida aumenta demais, o governo acaba tendo que pagar juros mais altos para arrolar ou renovar os empréstimos que toma. O governo brasileiro toma empréstimos em forma de títulos vendidos a pessoas e empresas. Esses títulos têm correção baseada na taxa básica de juros, a Selic, que hoje está em 13,75% ao ano - uma das mais altas do mundo. Além disso, o arcabouço serve para dar certa previsibilidade a empresas e investidores sobre os gastos do governo. Sabendo quanto eles vão aumentar, empresas calculam sua produção, por exemplo. O Brasil já tem um arcabouço fiscal. Estão em vigor hoje algumas leis e emendas à Constituição que controlam os gastos do governo. A mais recente delas é a da Teto de Gastos aprovada durante o governo do ex-presidente Michel Temer (MDB). O Teto de Gastos determina que o gasto público não pode aumentar mais do que o percentual acumulado de inflação de um ano para outro, de 2017 a 2027 - por 20 anos. Dessa forma, o valor total do Orçamento Federal fica praticamente congelado, já que não tem aumentos reais que compensem a perda do poder de compra. Outra regra do atual arcabouço fiscal brasileiro é a Regra de Ouro, incluída na Constituição de 1988, que proíbe que governos busquem empréstimos para pagar despesas correntes, como salários. Também existe a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101), que evita que governantes criem despesas para serem pagas por seus sucessores.

Agrotóxicos cancerígenos foram os mais vendidos no Brasil em 2020 e 2021

Os agrotóxicos cancerígenos e desreguladores endócrinos estão entre os mais vendidos no Brasil em 2020 e 2021. Esta é uma das conclusões de um estudo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A pesquisa partiu de dados dos relatórios de comercialização desses produtos referentes a 20 de março passado, fornecidos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama). Em 2020 foram comercializadas no Brasil, pelo menos, 243.531,28 toneladas de agrotóxicos banidos na União Europeia. No ano seguinte, ao menos 289.857,41 toneladas. Ou seja, têm registro e são líderes de vendas no Brasil ingredientes ativos de agrotóxicos sem registro ou com uso proibido na União Europeia. Isso justamente pelos danos à saúde e ao meio ambiente. A pesquisa encontrou 364 agrotóxicos de base química. Desse total, 191 (52,5%) não têm registro ou tiveram seu uso banido na União Europeia. Para piorar, essa lista de 191 agrotóxicos banidos pelo órgão regulador da União Europeia inclui 173 (90,6%) que estão em uso no Brasil desde pelo menos o ano de 2003. Em 2020 foram comercializadas no Brasil, pelo menos, 243.531,28 toneladas desses agrotóxicos banidos na União Europeia para garantir os lucros fabulosos dos fabricantes de agrotóxicos e do latifúndio agro-exportador brasileiro. Ou seja, o Estado brasileiro está permitindo o contato direto e indireto com substâncias altamente perigosas e com potencial para causar enfermidades terríveis em seres humanos. E causar um processo de contaminação de ampla duração nos ecossistemas naturais brasileiros."

Deputado quer tirar nome do bolsonarista Nelson Piquet de autódromo de Brasília

Condenado por racismo e homofobia, o ex-piloto de Fórmula 1 Nelson Piquet entrou para o noticiário da crise política com a revelação de que guardou objetos de grande valor dados ao ex-presidente Jair Bolsonaro durante o exercício do seu mandato. A combinação desses fatores pode levar a Câmara Legislativa a retirar o nome do tricampeão mundial da principal competição de automobilismo do mundo do Autódromo Internacional de Brasília. Criado com esse nome em 1974, o autódromo leva o nome de Nelson Piquet desde 1996, quando o ex-piloto se tornou arrendatário do local. O autor do projeto para a retirada do nome é o deputado distrital Fábio Félix (Psol-DF). O texto foi apresentado no ano passado após a divulgação da entrevista em que Piquet chama o piloto inglês Lewis Hamilton de "neguinho" e usa termos homofóbicos. Piquet foi condenado pela 20ª Vara Cível de Brasília a pagar uma indenização de R\$ 5 milhões, que será destinada a fundos de promoção da igualdade racial e contra a discriminação da comunidade LGBTQIA+. "A condenação e a informação de que ele guardava presentes caros do ex-presidente reforçam a necessidade de aprovar esse projeto. Tudo isso implica mais ele. Brasília não merece qualquer logradouro público homenageando alguém com essa conduta", disse Félix. O deputado pediu o desarquivamento da proposta que agora poderá tramitar na Casa, passando por comissões e audiências públicas.

Piquet foi condenado em primeira instância a pagar uma indenização de R\$ 5 milhões por racismo e homofobia. A ação foi impetrada pelas entidades Aliança Nacional LGBTI, Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas, Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de SP e Francisco de Assis: Educação, cidadania e direitos humanos. As entidades alegaram que o ex-piloto utilizou um termo racista para se referir ao piloto britânico Lewis Hamilton ao comentar sobre o acidente com o holandês Max Verstappen na competição de 2021. Piquet culpa Hamilton pelo acidente e compara com um episódio envolvendo Ayrton Senna em 1990, afirmando que o brasileiro fez diferente na disputa que envolveu os dois brasileiros na ocasião.

Correios abrem processo seletivo para programa "Jovem Aprendiz"

Os Correios deram início ao processo de inscrição do programa Jovem Aprendiz. As vagas são destinadas às áreas de aprendizagem de assistente administrativo, logística e também visam a formação de cadastro reserva. As inscrições, que são gratuitas, podem ser feitas até o dia 21 de abril através deste site dos Correios. O jovem poderá acompanhar o processo de inscrição pelo mesmo portal. Ao todo, estão abertas 4.382 vagas que serão distribuídas dentre as cinco regiões do país. No momento da contratação, os jovens devem ter entre 14 e 21 anos completos. Além disso, devem estar cursando, no mínimo, o 9º ano do Ensino Fundamental. O regime de trabalho é de 20 horas semanais divididas entre atividades teóricas e práticas. Ou seja, o jovem aprendiz selecionado pelos Correios irá trabalhar quatro horas por dia durante os cinco dias da semana. A jornada de trabalho deve ser realizada no turno da manhã ou da tarde, no turno inverso ao da escola.

Quanto ao salário, os jovens receberão por hora o valor correspondente ao salário mínimo regional somado de vale-transporte, vale-refeição ou vale-alimentação e uniforme. Em relação às ações afirmativas, é importante destacar que 20% das vagas são destinadas às pessoas autodeclaradas pretas e pardas e 10% para pessoas que possuem algum tipo de deficiência. Segundo o edital da seleção, o sistema de pontuação do programa Jovem Aprendiz leva em consideração a renda familiar, idade, tipo de instituição de ensino onde estuda, como também a participação do jovem em projetos sociais. Caso passe da primeira fase, o jovem deverá comprovar as informações prestadas no momento da inscrição. Se aprovado, na sequência, vagas jovem deve realizar o exame admissional e por fim, ser contratado. Vale ressaltar que todas as etapas do processo seletivo são eliminatórias.

TCU manda Forças Armadas devolver R\$ 27,8 mil gastos na compra de Viagra



O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou que as Forças Armadas devolvam os R\$ 27,8 milhões gastos na compra de Viagra para os militares durante o governo de Jair Bolsonaro (PL). De acordo com o TCU, houve superfaturamento na compra do medicamento indicado para o tratamento da disfunção erétil. O processo é resultado de representação feita em abril de 2022 pelo ex-deputado federal Elias Vaz (PSB-GO) e pelo senador Jorge Kajuru (PSB-GO). O documento apresentado por eles revelou que o superfaturamento chega a 143%. O TCU deu prazo de 90 dias para que o Hospital Naval Marcílio Dias, no Rio de Janeiro, que fez a compra adote as medidas administrativas pertinentes para apuração do débito e obtenção do ressarcimento do dano causado ao erário, em valores atualizados.

Na época da compra, feita por meio de pregão eletrônico, os militares compraram 15.120 comprimidos de sildenafila 25 mg pelo valor unitário de R\$ 3,65 para o Hospital Naval Marcílio Dias. O valor médio no Painel de Preços do governo federal no período era de R\$ 1,81. Além disso, o Hospital Central do Exército registrou o preço de R\$ 1,50. A data da compra para atender a Marinha é 7 de abril de 2021. A data da compra que atendeu o Exército é 14 de abril de 2021. Além de Viagra, as Forças Armadas, que reúne no Exército, na Marinha e na Aeronáutica 360 mil soldados ativos, compraram, com dinheiro público próteses penianas de até 25 centímetros e remédio para calvície.

NOVA FOLHA COMERCÍARIA

Diretoria do SINDEC

Diretoria Executiva

Ascendino Cesar das Chagas- Diretor/Presidente; José Marcelino Alves-Vice-Presidente; Vander José Viana- Secretário Geral; Lásaro Marcos Martins-Secretário de Finanças e Patrimônio; César Alves de Magalhães- Secretário de Relações Sindicais; Maria Salomé de Sousa- Secretária de Divulgação, Cultura e Formação Sindical; Elcio Caixeta de Araújo- Secretário Social e de Esportes

Conselho Fiscal

Diullia Frantielle Ferreira- José Lázaro de Araújo- Gasparina das Graças

Delegação Federativa

Ascendino César das Chagas, José Marcelino Alves

Os artigos assinados não representam o pensamento da editoria

TST Muda entendimento sobre pagamento de horas extras



O Tribunal Superior do Trabalho decidiu que as horas extras feitas pelo trabalhador também devem entrar no cálculo de benefícios, como férias, 13º salário, aviso prévio e FGTS. O novo cálculo vale nos casos em que a hora extra foi incorporada ao descanso semanal remunerado. A regra já está valendo desde o dia 20 de março deste mês. A questão foi decidida pelos ministros do TST. Conforme o novo entendimento do plenário, o aumento dos valores a receber pelo descanso remunerado deve repercutir nos outros direitos trabalhistas e não pode ser considerado como cálculo duplicado. Durante o julgamento, o relator do processo, ministro Amaury Rodrigues, explicou que a hora extra trabalhada durante a semana é somada ao cálculo do descanso semanal e, a partir de agora, será computada em outros direitos. O cálculo das horas extras é elaborado mediante a utilização de um divisor que isola o valor do salário-hora, excluindo de sua gênese qualquer influência do repouso semanal remunerado pelo salário mensal, de modo que estão aritmeticamente separados os valores das horas extras e das diferenças do Repouso Semanal Remunerado apuradas em decorrência dos reflexos daquelas horas extras. Com a decisão, o TST alterou que Orientação Jurisprudencial para garantir que a decisão vai ser seguida pelas demais instâncias da Justiça Trabalhista.

Empresa de moda é condenada por submeter trabalhadores bolivianos em condições degradantes

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recurso da M5 Indústria e Comércio Ltda. contra decisão que a condenou por manter quatro costureiros bolivianos trabalhando em condições degradantes em São Paulo (SP). Os juízos de primeiro e segundo grau reconheceram a relação de emprego e determinaram o pagamento de indenizações por danos extrapatrimoniais. No TST, o colegiado entendeu que, para se chegar a conclusão diversa, seria necessário reanalisar fatos e provas, conduta vedada em recurso de revista. A reclamação trabalhista foi ajuizada por três homens e uma mulher, com o apoio da Defensoria Pública da União. Em 6/6/2014, eles foram resgatados do local de trabalho durante fiscalização conjunta do Ministério Público do Trabalho (MPT), da Defensoria Pública e da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) Estadual do Trabalho Escravo. Os estrangeiros estavam de forma irregular no Brasil e foram escolhidos por meio de subcontratações. Eles confeccionavam peças da M. Officer e moravam no próprio local, onde trabalhavam das 7h às 22h. A oficina era uma casa com fiação exposta, depósito de botijões de gás, sem extintor de incêndio e com saída inadequada (escada sem corrimão). O banheiro era compartilhado pelos homens e pela mulher, e inseticidas eram guardados junto com alimentos. Além disso, a mulher e um dos homens constituíam uma família com um bebê em idade de amamentação que vivia no local. A M5, em sua defesa, alegou que os trabalhadores foram contratados, unicamente, pela empresa Empório Uffizi, que vendia roupas completas para as lojas da M. Officer. Segundo esse argumento, tratava-se de contrato de facção, que tem por objeto a compra de parte da produção, e não a locação de mão de obra ou a prestação de serviços. Quanto aos danos, o TRT registrou que os imigrantes, em busca de abrigo e comida, aceitaram trabalhar em situação degradante, sem as mínimas condições de higiene, além de serem submetidos a jornadas de trabalho exaustivas.

Operação prende um, apreende sete armas e pede exclusão de 270 contas do Twitter

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, anunciou as primeiras ações da operação Escola Segura. A iniciativa começou após a comoção nacional com o ataque em uma creche de Blumenau, Santa Catarina, onde quatro crianças foram assassinadas. A ideia do ataque teria partido de grupos na internet. Segundo Dino, a operação já solicitou a exclusão de 270 contas do Twitter, que veiculavam hashtags relacionadas a ataques contra escolas. Os conteúdos e os autores das postagens estão em investigação. Além disso, foram cumpridos mandados de busca com apreensão de sete armas “e prisão de suspeito”. Dino ainda afirmou que houve solicitação para a plataforma TikTok retirar do ar duas contas que estavam viralizando “conteúdo que incitava medo nas famílias”. Na data do ataque em Blumenau, Dino convocou uma reunião com todos os delegados de todas as delegacias de combate a crimes cibernéticos do país. Durante o encontro, coordenado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), delegados falaram sobre as limitações que se deparam, durante as investigações, quando necessitam de dados das plataformas que administram as redes sociais. Dino anunciou, após a reunião, um edital de R\$ 150 milhões para fortalecer as rondas escolares e uma investigação da Polícia Federal (PF) de grupos nazistas no Brasil. Os participantes da Operação Escola Segura identificaram mais de 80 perfis que tiveram links removidos, face à violação de política da plataforma. O conteúdo foi preservado a pedido do Ministério da Justiça para que seja possível avançar nas investigações. Foram realizadas diversas ações preventivas e repressivas contra ataques nas escolas em todo o Brasil, entre as quais a busca por perfis nas redes sociais com postagens relacionadas a crimes contra a vida e discursos de ódio.

Pai da juíza Gabriela Hardt é suspeito de roubar tecnologia da Petrobras



O jornalista Leandro Demori divulgou documentos que implicam o engenheiro químico Jorge Hardt Filho em um caso de pirataria industrial envolvendo a Petrobras SIX, subsidiária da estatal voltada à industrialização de xisto para obtenção de combustíveis. Jorge Hardt Filho é pai da juíza Gabriela Hardt, substituta do ex-juiz e senador Sergio Moro (União-PR) na Operação Lava Jato. Recentemente, Gabriela também teve atuação suspeita na operação que desbaratou planos do PCC para atacar Moro e outras autoridades. Seu pai trabalhou por décadas na SIX, localizada em São Mateus do Sul, no Paraná. Após se aposentar, passou a atuar como consultor. Ele então teria tido acesso a informações sobre uma tecnologia própria para extração de óleo e outros derivados de pedras de xisto, que foi patenteada com o nome de Petrosix. Primeiramente, em 2007, ele recebeu uma autorização “incomum” para adentrar às dependências da fábrica com o seu computador pessoal. Um ano depois, a Petrobras fechou contrato com Engevix – empreiteira que foi alvo da Lava Jato posteriormente – com o objetivo de vender a Petrosix no Marrocos, nos Estados Unidos e na Jordânia. Foi então que Hardt Filho e outros dois ex-funcionários da SIX, que atuavam como consultores da Engevix, tiveram acesso à “documentos classificados como corporativos, reservados e confidenciais” sobre a tecnologia em questão.

Nos outros países, os negócios não prosperaram. Mas, na Jordânia, a Petrobras recebeu autorização do governo para estudar a exploração de xisto na segunda melhor reserva do país. Em 2011, a estatal então recorreu a uma parceria com o banco canadense Forbes & Manhattan, que financia projetos de mineração. Um ano e meio depois, no entanto, a Irati Energia, controlada pelo banco canadense, ofertou no mercado uma tecnologia similar à Petrosix. Em reunião, o gerente geral da SIX, Jose Alexandrino Machado, mostrou imagens comprovando que a Irati exibia em seus prospectos informações privadas retiradas de dentro da SIX. Além disso, Jorge Hardt Filho e seus ex-colegas da Petrobras passaram a requerer patentes, no Brasil e no exterior, de tecnologias ainda protegidas da Petrosix, para o desenvolvimento de um novo produto que chamaram de “Prix”. Em 2022, no entanto, ignorando as recomendações da própria Petrobras, o governo Bolsonaro privatizou a SIX, desenvolvedora do Petrosix. O comprador foi nada menos que o próprio banco canadense Forbes & Manhattan, que pagou cerca de R\$ 210 milhões, valor equivalente ao lucro registrado pela subsidiária no ano anterior.